

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

Dailza Fiuza Piccolli

**ARQUITETURA HOSTIL E TURISMO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A
EXISTÊNCIA DE HOSTILIDADE ATRAVÉS DA ARQUITETURA EM
ESPAÇOS URBANOS DE SANTA MARIA (RS)**

Santa Maria, RS

2022

Dailza Fiuza Piccolli

**ARQUITETURA HOSTIL E TURISMO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A
EXISTÊNCIA DE HOSTILIDADE ATRAVÉS DA ARQUITETURA EM ESPAÇOS
URBANOS DE SANTA MARIA (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnóloga em Gestão de Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Odival Veiga Dockhorn

Santa Maria, RS

2022

DAILZA FIUZA PICCOLLI

**ARQUITETURA HOSTIL E TURISMO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A
EXISTÊNCIA DE HOSTILIDADE ATRAVÉS DA ARQUITETURA EM ESPAÇOS
URBANOS DE SANTA MARIA (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Tecnóloga em Gestão de Turismo**.

Aprovado em 19 de janeiro de 2022:

**Gilvan Odival Veiga Dockhorn, Dr. (UFSM)
(Presidente / Orientador)**

Marcelo Ribeiro, Dr. (UFSM)

Monica Elisa Dias Pons, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria, ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, pelo acolhimento, experiências e aprendizados inesquecíveis.

Ao meu orientador, Gilvan Dockhorn, pela ajuda, confiança, incentivo e paciência no decorrer do trabalho.

Aos professores que estiveram presentes na banca, Monica Pons e Marcelo Ribeiro, pelos apontamentos e contribuições.

À minha família, pelo amor, apoio e compreensão.

A todos, minha gratidão.

RESUMO

ARQUITETURA HOSTIL E TURISMO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE HOSTILIDADE ATRAVÉS DA ARQUITETURA EM ESPAÇOS URBANOS DE SANTA MARIA (RS)

AUTORA: Dailza Fiuza Piccolli

ORIENTADOR: Gilvan Odival Veiga Dockhorn

O presente estudo objetiva verificar a existência de mecanismos de Arquitetura Hostil no centro da cidade de Santa Maria (RS), ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão sobre os impactos deste modelo de arquitetura pautado na ideia de higienização urbana/social, tanto sobre a imagem e qualidade ambiental da cidade como as relações de uso dos espaços urbanos por moradores e turistas. Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, onde foi aplicada uma pesquisa de campo com observação sistemática em três áreas pertencentes à região central da cidade, sendo: área 1/ Avenida Rio Branco; área 2/ Vila Belga; área 3/ Calçadão Salvador Isaia e Praça Saldanha Marinho. Também foram elencadas três categorias de elementos hostis a serem verificadas nessas áreas, sendo: bancos; ferragens; plantas/vegetação. Os resultados afirmam a existência de um total de 28 elementos de Arquitetura Hostil distribuídos entre as três áreas, os quais apresentam variação quanto ao formato, tamanho e evidência no desenho urbano.

Palavras-chave: Arquitetura Hostil. Espaços Urbanos. Santa Maria (RS). Turismo.

ABSTRACT

HOSTILE ARCHITECTURE AND TOURISM: AN INVESTIGATION ABOUT THE HOSTILE EXISTENCE THROUGH THE ARCHITECTURE IN SANTA MARIA'S (RS) URBAN SPACES

AUTHOR: Dailza Fiuza Piccolli

ADVISOR: Gilvan Odival Veiga Dockhorn

This paper aims to verify the existence of hostile architecture's mechanisms in Santa Maria's (RS) downtown area, at the same time it proposes a reflection about these architecture's model impacts in the social/urban's sanitation idea, as much about image and the city's environmental quality as the urban spaces' use relationships by residents and tourists. It is about an exploratory study of quality approach, where a field research was applied with systematic observation in three areas belonging to the city's central area, being: area 1/ Rio Branco Avenue; area 2/ Vila Belga; area 3/ Calçadão Salvador Isaia and Praça Saldanha Marinho. It was also listed three hostile elements categories to be checked in these areas, being: benches; ironware; plants/vegetation. The results declare the existence of a total 28 hostile architecture's elements spread between the three areas, that present a variety of shape, size and patency in urban drawing.

Keywords: Hostile Architecture. Urban Spaces. Santa Maria (RS). Tourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização das áreas urbanas observadas.....	19
FIGURA 2 - Elemento hostil em condomínio na Avenida Rio Branco.....	22
FIGURA 3 - Elemento hostil em canteiro central da Avenida Rio Branco.....	23
FIGURA 4 - Elemento Hostil em prédio histórico na Avenida Rio Branco.....	24
FIGURA 5 - Elemento hostil em frente a uma academia na Avenida Rio Branco.....	25
FIGURA 6 - Elemento hostil em uma loja de roupas no Calçadão Salvador Isaia....	26
FIGURA 7 - Elemento hostil em uma livraria no Calçadão Salvador Isaia.....	27
FIGURA 8 - Elemento Hostil em frente ao Theatro Treze de Maio na Praça Saldanha Marinho.....	28
FIGURA 9 - Localização dos 28 elementos de Arquitetura Hostil encontrados.....	29
FIGURA 10 - Localização dos 7 elementos de Arquitetura Hostil analisados.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO TEÓRICA	9
2.1 ARQUITETURA HOSTIL	9
2.2 GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA	13
2.3 HOSPITALIDADE URBANA	15
3 METODOLOGIA	17
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS	19
4.2 ELEMENTOS DE ARQUITETURA HOSTIL	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais as cidades têm demonstrado hostilidade por meio de práticas que modificam tanto as relações de uso dos espaços urbanos como as relações sociais entre as pessoas, nesse sentido, o presente trabalho trata sobre a Arquitetura Hostil, estratégia utilizada como forma de controle social que atua interditando ou restringindo o acesso e permanência de indivíduos em determinados locais da cidade (COX e COX, 2015).

Busca-se verificar a existência de dispositivos de Arquitetura Hostil em três áreas da região central da cidade de Santa Maria (RS), as quais possuem atratividade turística e comercial além de grande circulação de pessoas, dessa forma, tem-se em vista a relevância que o tema possui em discussões referentes ao planejamento e uso da cidade, bem como, a relação que estabelece com outros conceitos como turismo, hospitalidade urbana e gentrificação turística.

Pretende-se conhecer a realidade, de modo que ao investigar a existência de hostilidade através da arquitetura no centro de Santa Maria, é possível estabelecer conhecimentos iniciais acerca do problema, contribuindo para construção de estudos futuros. O texto descreve os processos metodológicos adotados para desenvolvimento do presente trabalho, em seguida, expõe a fundamentação teórica que embasa o estudo e por fim apresenta os resultados da pesquisa e considerações finais.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 ARQUITETURA HOSTIL

A Arquitetura Hostil pode ser compreendida como um modelo de arquitetura pautado na ideia de afastar pessoas indesejáveis dos espaços de uso comum em uma cidade, utilizando para isso, técnicas de design que controlam e restringem o uso dos espaços (FARIA, 2019). A primeira vez em que o termo “arquitetura hostil” foi expresso, data de 2014 em uma matéria do jornal inglês *The Guardian*, onde o repórter Ben Queen falava sobre um design excludente que estava sendo adotado na cidade de Londres e como essa novidade estava redesenhando o ambiente urbano e influenciando o comportamento e convívio entre as pessoas (SOUZA e PEREIRA, 2018).

Ao questionarmos quanto a origem desta prática excludente materializada através da arquitetura, Freire (2019, p.4) afirma que “se refere a uma realidade que já existe desde o nascimento das cidades, mas que vem sendo cada vez mais observada no desenho urbano das cidades atuais e acaba por ditar o caráter do espaço público.” De modo que, a arquitetura hostil é mais comum e presente nas cidades do que se pode supor, no entanto, só passamos a percebê-la de fato após obter maior consciência sobre a mesma e adotar um olhar crítico para observação (FREIRE, 2019).

Diversas nomenclaturas são utilizadas para se referir a esse tipo de arquitetura, como “arquitetura antimendigo, arquitetura da violência ou arquitetura do medo” (Rampasi e Oldoni, 2020, p.7), no entanto, apesar das terminologias distintas, todas dizem respeito ao “mesmo fenômeno de proteção, fortificação e afirmação social de status, que geram segregação, exclusão, conflitos e alterações estéticas no ambiente urbano e conduzem os usos do espaço público.” (FARIA, 2019, p. 225).

No entendimento de Cintra (2019), “arquitetura do medo” e “arquitetura da violência” são nomenclaturas que abrangem os elementos hostis empregados visando a segurança pessoal e patrimonial, de modo a impedir crimes e violência, estando, portanto, presentes principalmente em residências. Já “arquitetura antimendigo”, abarca os elementos hostis utilizados no sentido de impedir a aproximação ou permanência de pessoas em situação de rua em certos espaços da cidade. Dessa forma, a autora considera que “arquitetura hostil” pode ser mais abrangente que os

demais termos. Neste trabalho, concordamos com o pensamento de Cintra (2019), de modo que escolheu-se utilizar o termo "arquitetura hostil" para se referir a todo e qualquer elemento que de alguma forma denota hostilidade e restringe o uso de espaços.

Cox e Cox (2015) apontam que a arquitetura hostil atua como uma estratégia de controle social, ao passo que interdita a circulação, permanência e descanso das pessoas em locais públicos da cidade. Em complementaridade Cintra (2019) diz que esse modelo de arquitetura ocorre tanto na presença de elementos impeditivos de uso do espaço quanto na ausência de infraestrutura que, igualmente, inviabiliza a permanência de indivíduos nos locais. Isto é, por exemplo, um banco cujo design impeça uma pessoa de sentar-se/deitar-se nele, transforma-se em um elemento hostil, da mesma forma que, se fossem retiradas as árvores de uma praça, ela se tornaria hostil por não poder refugiar pessoas à sombra.

Nabil Bonduki aponta que "Geralmente, a arquitetura hostil utiliza materiais que possam causar algum tipo de constrangimento. Que sejam duros, pontudos, pontiagudos e que possam espantar as pessoas." (in NOGUEIRA, 2021). De modo que, esse modelo de arquitetura pode estar materializado por exemplo, através de: "bancos antimendigos, os espetos e gradis sobre muretas e soleiras, o paisagismo espinhoso, os pedregulhos nos preenchimentos de vãos urbanos" (FERRAZ et al, 2015, p.114). Portanto, os elementos constituintes do mobiliário da arquitetura hostil podem estar presentes de maneiras muito diversificadas no ambiente urbano, tanto em sua forma concreta como no local onde são instalados, contudo, independente a esses fatos, compartilha-se unanimemente a intenção de afastar pessoas "indesejáveis".

Com relação ao emprego de elementos arquitetônicos hostis em residências particulares, a exemplo dos condomínios fechados e das casas cercadas por muros extremamente altos e cercas elétricas, Ferraz et al (2015) apontam que o medo do crime e da violência é o principal motivo de busca por essas edificações fortificadas, munidas de dispositivos de segurança, que garantam proteção pessoal e patrimonial. Nesse sentido, intenciona-se afastar aqueles que representam perigo, sendo que na maioria das vezes o mesmo é associado a pessoas menos favorecidas, devido a existência de um estereótipo que associa criminalidade a questões de vulnerabilidade socioeconômica, levando em conta que a mídia ao reforçar essa ideia equivocada

através das notícias, contribui para o aumento da arquitetura hostil (FERRAZ et al, 2015).

A atividade turística surge também como uma motivação ou justificativa para adoção de dispositivos hostis, pois muitas vezes no intuito de proporcionar uma imagem de cidade limpa, agradável e atraente aos turistas, promove-se uma higienização urbana, visando inibir qualquer indício que possa remeter a problemas relacionados a desigualdades sociais como pobreza, miséria (PEIXOTO, 2020). Nesse sentido, por meio de artefatos hostis instalados principalmente nas áreas mais nobres e/ou turísticas da cidade, afasta-se indivíduos que possam ser "desagradáveis".

Peixoto (2020, p.13) aponta o caráter sutil que esse modelo de arquitetura possui enquanto forma de intervenção urbana e diz que:

Pode não ser percebida pela maior parte da população, principalmente aquela que possui moradia fixa, mas para a população que vive nas ruas, são estes detalhes que os segregam, que delimitam seu ir e vir em prol de uma paisagem livre de elementos frutos da desigualdade econômica e social, como é o caso da problemática da habitação e da subsistência.

Nesse viés, refletindo sobre a situação dos moradores de rua e sobre as formas de combater essa prática excludente, destaca-se a figura do Padre Júlio Lancelotti¹, o qual, conhecido pelas ações de assistência prestadas a população sem teto, expõe através de suas redes sociais materializações de arquitetura hostil encontradas em cidades brasileiras como forma de contestar tal prática, a qual o padre refere-se como aporofobia, que por sua vez significa aversão/ódio aos pobres. Dessa forma, é interessante considerar a abordagem feita por Lancelotti ao utilizar o conceito, uma vez que os principais alvos da hostilidade são moradores de rua, os quais sofrem diversos preconceitos em razão de sua vulnerabilidade econômica.

Ainda nesse contexto, segundo o site Caos Planejado (2021) que trata sobre gestão de cidades, foi aprovado no Senado em março de 2021, um Projeto de Lei que proíbe a utilização de arquitetura hostil em espaços públicos, sendo que, se implementada, a lei se chamará Lei Padre Júlio Lancelotti. Tal projeto de lei foi apresentado um mês após o padre ter quebrado a marretadas as pedras que haviam

¹ “Líder religioso, conhecido por seu trabalho com a população de rua em São Paulo.” (BETIM, 2020).

sido fixadas sob um viaduto em São Paulo, como forma de repelir os moradores de rua que permaneciam naquele espaço.

Portanto, as modificações promovidas no desenho urbano em razão da arquitetura hostil afetam todos que fazem uso da cidade, porém em proporções diferentes, de modo que aqueles que pertencem a classes sociais favorecidas não são atingidos diretamente e de forma extrema como acontece aos indivíduos em situações de vulnerabilidade. Em complementaridade, como bem explica Ferraz et al (2005) as mudanças promovidas na arquitetura das cidades e no convívio entre as pessoas, decorrentes da procura cada vez maior por segurança e proteção, principalmente por parte de pessoas pertencentes a classes sociais de alta renda, acarretam em custos sociais pagos pelos demais indivíduos da sociedade que, naturalmente, não são beneficiados com dispositivos de proteção.

Ademais, Peixoto (2020) ressalta que o processo excludente não está acompanhado de uma assistência aos indivíduos alvos de exclusão, de maneira que, apenas se afasta essas pessoas sem lhes garantir uma melhora de condições. Nesse sentido, pode-se entender que a arquitetura hostil é utilizada como estratégia de “maquiar” a cidade, escondendo suas imperfeições, suas partes feias, que estão traduzidas em desigualdades sociais, além disso, a hostilidade refletida através da arquitetura põe em questionamento a hospitalidade urbana e o sentimento de pertencimento, e conseqüentemente envolve no debate os responsáveis pela gestão da cidade.

Nessa perspectiva, de acordo com Andrade (2010) a arquitetura hostil se configura dentro de um processo de exclusão planejada, pois ocorre com a aprovação de diversos atores, sejam aqueles que desejam, que permitem ou que projetam:

Os padrões e artefatos espaciais de isolamento não ocorrem inadvertidamente: são uma estratégia projetual deliberada para a segregação socioespacial, que conta com o interesse e incentivo do mercado imobiliário, com a aprovação da parcela da sociedade que os consome e deseja, com a cumplicidade do Poder Público, que não só os permite como, em certos casos, os implementa, e com a participação ativa dos arquitetos, urbanistas e designers, que os projetam (ANDRADE, 2010, p.1).

Assim, considerando o caráter excludente dos processos de transformação ocorrido nas cidades, é possível associar o fenômeno da gentrificação à arquitetura hostil, uma vez que as duas práticas possuem semelhanças quanto à intenção excludente e como consequência provocam igualmente um redesenho do ambiente

urbano e transformam as relações de convivência com e na cidade, ademais, um dos desdobramentos da gentrificação que é a gentrificação turística também possui relevância no que diz respeito a modificar certos espaços da cidade em prol do turismo. Dessa forma, gentrificação e arquitetura hostil tornam-se processos complementares entre si no contexto de promover “higienização” urbana.

2.2 GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA

O termo “gentrificação” deriva do inglês *gentry* e é atribuído a pessoas “bem nascidas” de “origem nobre”, foi expresso pela primeira vez em 1964 por Ruth Glass para referir-se “[...]a um processo de elitização ou de "enobrecimento" de determinados lugares da cidade, anteriormente caracterizados como áreas predominantemente populares.” Em outras palavras, Glass referia-se ao movimento de ocupação da área central de Londres pela classe média e alta, que até então estava sendo habitada por trabalhadores (PEREIRA, 2014, p.2).

Dessa forma, de acordo com Bataller (2012), o fenômeno da gentrificação corresponde ao movimento de retorno de pessoas pertencentes a classes sociais de alta renda as áreas centrais da cidade e, como consequência, promove a saída das pessoas de baixa renda que até então habitavam esses locais. Ainda segundo a autora, esse processo de retorno de classes mais abastadas acompanha uma série de melhorias tanto nas moradias como em toda a área circundante, fazendo com que se eleve o *status* dessas áreas centrais.

Contudo, como apontado por Silva (2017), a gentrificação torna-se um fenômeno complexo sendo que cada caso possui características próprias, além de envolver diversos agentes. Assim, em complementaridade, Bataller (2012, p.12) diz que:

A gentrificação está profundamente enraizada na dinâmica social e econômica das cidades e, em grande parte, está determinada pelo contexto local: os bairros, os agentes e atores urbanos, as funções dominantes da cidade e a política governamental local.

Embora seja defendida por alguns pelo fato de proporcionar valorização imobiliária, melhorias de serviços locais, entre outras coisas, a gentrificação também pode ser apontada como forma de higienização social, Isso porque, mesmo com o fato de que o “cerne da gentrificação está no enobrecimento de um ambiente anteriormente degradado”, se observamos esse processo sob a ótica dos indivíduos

que não podem mais pagar pelos custos de sobrevivência nessas áreas agora encarecidas e que, portanto, se veem obrigados a se retirar, percebe-se o caráter higienista da prática de gentrificação SILVA, 2017, p 35).

Cox e Cox (2015) apontam que, no Brasil, geralmente usa-se termos como revitalização, requalificação e renovação ao invés de falar em gentrificação, mesmo assim, o processo acontece e promove a substituição de moradores das áreas gentrificadas. Além disso, as autoras afirmam que muitas vezes a gentrificação é justificada em razão do desenvolvimento de megaeventos, que proporcionarão “parceria público-privada, favorecendo a expansão do capital imobiliário” (COX E COX, 2015, p.4).

Nesse viés, o turismo surge como fator ligado às transformações ocorridas na cidade, pois a atratividade turística pode ser justificativa também para intervenções urbanas. Como exemplo disso, Cox e Cox (2015) citam a revitalização do Pelourinho em Salvador nos anos 1990, sendo que para tornar a área do Centro Histórico em um local atrativo, muitas pessoas foram retiradas de suas moradias para que fossem instalados estabelecimentos de serviços turísticos. Portanto, percebe-se claramente uma obra de gentrificação que, todavia, foi nomeada como “revitalização”, na intenção talvez de amenizar os efeitos nocivos e negativos.

Dessa forma, relacionando o turismo as práticas de gentrificação, surge o conceito de gentrificação turística, formulado por Kevin Fox Gotham e compreendido como “a transformação de um bairro de classe média em um local relativamente elitizado e exclusivo, marcado pela multiplicação de locais de turismo e entretenimento.” (GEVEHR e BERTI, 2017, p.13). Ou seja, um processo semelhante ao da gentrificação, acrescido do interesse turístico.

À vista disso, alguns autores possuem visões divergentes quanto a gentrificação turística, Barreto (2015 apud Gevehr e Berti 2017) aponta que gentrificar um espaço não significa o uso turístico imediato do mesmo. Enquanto Gant (2015 apud Gevehr e Berti 2017) tem a dizer que gentrificação e turismo complementam-se, uma vez que um espaço pode primeiro ser gentrificado e conseqüentemente atrair o turismo, ou do contrário, o uso turístico de um determinado espaço pode conduzir gradativamente a um processo de gentrificação

Nesse sentido, é possível dizer que se estabelece um vínculo entre as maneiras adotadas para modificar os espaços urbanos, de modo que práticas de

gentrificação e gentrificação turística primeiramente remodelam certos locais da cidade baseando-se na ideia de torná-los nobres e atrativos e, em um segundo momento, a arquitetura hostil é adotada como forma de restringir o acesso e permanência de pessoas em determinados espaços, atuando como barreira ao uso igualitário da cidade. Portanto, mesmo considerando que à primeira vista essas modificações não representam intenção excludente, a verdade é que diversas camadas da população são atingidas negativamente, sobretudo aquelas desfavorecidas economicamente.

Complementar a isso, Peixoto (2020) exprime que embora tais transformações, principalmente aquelas impulsionadas pelo turismo, possam ser benéficas para alguns setores, é preciso atentar para os prejuízos acarretados sobre as pessoas que residem na cidade, dessa forma, a autora coloca que:

O turismo só é sustentável se ele for capaz de produzir o bem-estar geral da população, porém neste caso em que há desapropriações e uso da arquitetura hostil para nortear projetos urbanísticos, podemos entender que o turismo não é sustentável, mas que é usado como uma ferramenta para a manutenção dos processos de exclusão social (PEIXOTO, 2020, p. 15).

Por fim, compreendendo a predominância de práticas excludentes e a consequente criação de um cenário urbano cada vez mais hostil seja em prol de interesses governamentais, turísticos ou outros, o que se põem em questionamento é a hospitalidade urbana que vai sendo apagada em meio às modificações promovidas na cidade.

2.3 HOSPITALIDADE URBANA

A hospitalidade está relacionada ao acolhimento, a incluir o outro no próprio espaço e para que aconteça, necessita de dois atores: o que recebe e o que é recebido (Grinover, 2006), dessa forma, considerando a hospitalidade urbana, pode-se dizer que a cidade atua como anfitrião (aquele que recebe) e seus moradores e visitantes como hóspedes (aquele que é recebido). De acordo com Ferraz (2013), a hospitalidade urbana deriva da hospitalidade pública e diz respeito à relação com o espaço físico da cidade e com os moradores e visitantes, de modo que está associada ao urbanismo e ao planejamento urbano. Portanto, pensar sobre essa forma de hospitalidade é pensar também sobre como a cidade se apresenta em termos de

recursos necessários para uma boa acolhida, tanto para seus moradores quanto para turistas.

Grinover (2006) afirma que para uma cidade ser considerada hospitaleira, deve atender a três dimensões: acessibilidade, legibilidade e identidade, pois, segundo o autor, estas proporcionam a compreensão da cidade. Mais tarde, outros três conceitos são adicionados como forma de ampliar a análise da hospitalidade urbana, sendo eles: qualidade de vida, cidadania e urbanidade. (GRINOVER, 2013). Com isso, entende-se que é necessário um vasto e apurado planejamento urbano para garantir que todos estes quesitos apontados anteriormente, sejam alcançados e mais do que isso, tornem-se permanentes.

De acordo com Grinover (2019, p.225), “falar de cidade acolhedora e hospitaleira é falar do lugar feito para si e para o outro”, desse modo, supõem-se a ideia de inclusão, de fazer com que todos os indivíduos que estejam utilizando os espaços da cidade sintam-se incluídos e confortáveis, contudo, podemos apontar que elementos da arquitetura hostil ou mesmo outras formas de intervenção urbana podem distorcer esse imaginário, ao promover justamente o contrário, que é a exclusão.

Nesse sentido, pensando sobre como a cidade se torna cada dia mais hostil, é preciso considerar a ideia de Casella (2006, p.1), que aponta que em razão do crescimento desenfreado sem acompanhamento de um desenvolvimento social, as cidades “acabaram por perder o seu significado de local de acolhimento e de construção e fortalecimento de laços afetivos entre as pessoas, tornando-se terra de ninguém”. Portanto, todas as formas de hostilidade retratadas nas cidades atuais podem ser explicadas em razão deste processo de crescimento urbano desorganizado, que abriu brechas para o surgimento de desigualdades de diversas esferas.

Somado a isso, novamente a atividade turística surge como participante das transformações urbanas, pois:

Se as cidades já estavam despreparadas para garantir qualidade de vida quando começou o inchaço das áreas urbanas, com o advento do turismo a situação só se agravou, pois implicou tanto em um aumento de demanda fixa como sazonal. (CASELLA, 2006, p. 3)

Ou seja, a atividade turística faz com que o número de pessoas circulando na cidade e fazendo uso de seus espaços aumente, com isso, se já é difícil atender as

demandas da população residente, como atender a esse outro público que chega na cidade? É nesse viés que outros problemas surgem e vem a reforçar novamente questões de desigualdade e segregação, pois como explica Casella (2006), muitas cidades priorizam atender as expectativas dos turistas ao invés das necessidades de sua população autóctone. Dessa forma, quando os moradores da cidade não recebem assistência que lhes garantam qualidade de vida, a cidade já falhou na hospitalidade urbana, uma vez que deve ser hospitaleira primeiro com seus residentes para depois ser com seus turistas.

Portanto, a hospitalidade urbana está entrelaçada ao planejamento e gestão das cidades, estando dessa forma, sob responsabilidade daqueles que administram a cidade e que deveriam proporcionar qualidade de vida e locais acolhedores primeiramente aos moradores, porém, quando se percebe que interesses turísticos são priorizados e ainda, práticas excludentes são adotadas como forma de restringir o acesso e uso de espaços e infraestruturas que em teoria deveriam ser do coletivo, fica evidente que a essência da hospitalidade vai sendo apagada.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista que o objetivo geral do presente trabalho é identificar se há a presença de mecanismos de arquitetura hostil no centro de Santa Maria (RS), a pesquisa classifica-se como exploratória de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória objetiva obter maior familiaridade com o problema, aprimorar ideias ou a descoberta de intuições e, somado a isso, Prodanov e Freitas (2013) apontam que o planejamento desse tipo de pesquisa é muito flexível, o que possibilita o estudo e investigação do tema sob variados ângulos. Quanto à abordagem qualitativa, não são utilizados métodos e técnicas estatísticas na análise dos dados, além do que, nesse tipo de abordagem “O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 70).

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados para obtenção de dados, em um primeiro momento foi realizada pesquisa bibliográfica referente aos conceitos que embasam este trabalho, sendo: arquitetura hostil, gentrificação turística e

hospitalidade urbana. E em segundo momento, foi realizada pesquisa de campo utilizando a técnica de observação sistemática, buscando então verificar a presença de elementos de arquitetura hostil no centro da cidade de Santa Maria.

A vista disso, Prodanov e Freitas (2013, p.59) explicam que a pesquisa de campo possui como objetivo “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”, e a técnica de observação sistemática é aquela na qual “o observador sabe o que procura, planeja essa busca e sistematiza as informações.” (ZANELLA, 2013 p. 121).

Nesse viés, como forma de planejar e nortear a observação de elementos da arquitetura hostil no centro de Santa Maria, delimitou-se três áreas, levando em consideração a predominância de estabelecimentos comerciais, circulação de pessoas e atratividade turística, além de terem sido definidos quais os elementos da arquitetura hostil a serem verificados.

Desse modo, nomeou-se de Área 1: Avenida Rio Branco; Área 2: Vila belga; e Área 3: Calçadão Salvador Isaia juntamente com a Praça Saldanha Marinho. E os elementos definidos foram: bancos, ferragens e plantas/vegetação, baseando-se em exemplos citados por autores como Andrade (2010), Faria (2019) e Ferraz et al (2015). Ressalta-se que a materialização da arquitetura hostil pode ocorrer de diversas outras formas, no entanto, utilizamos neste trabalho apenas as três tipologias citadas anteriormente por se tratar de uma primeira pesquisa referente ao tema.

Por fim, os elementos hostis encontrados durante a etapa de observação foram fotografados, uma vez que consideramos a fotografia uma maneira de registrar o momento exato daquilo que está sendo observado. E como forma de complementar o estudo, foram elaborados mapas ilustrativos como forma de demonstrar a ocorrência da arquitetura hostil nas áreas observadas. Tanto os mapas ilustrativos como as fotografias dos elementos hostis estão inseridos no tópico *Análise dos resultados*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como forma de contextualizar o leitor e dar suporte às discussões posteriores, faz-se de início, uma breve apresentação das áreas urbanas onde foi realizada a pesquisa de campo e em seguida, são expostos os resultados da mesma.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS



Figura 1: Localização das áreas urbanas observadas. Fonte: *Google my Maps* (2021).

A *Área 1* definida para este trabalho diz respeito à Avenida Rio Branco, principal avenida do centro e uma das mais importantes da cidade de Santa Maria, pois de acordo com Silva (2014) teve grande participação no desenvolvimento e crescimento da cidade. A autora destaca que a instalação da rede ferroviária em Santa Maria foi de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade e também para que a Avenida Rio Branco se tornasse o centro do comércio santa-mariense, além de espaço de convivência e socialização entre as pessoas. Atualmente, percebemos que a Avenida Rio Branco já não é a principal da cidade em questões de eixo comercial, uma vez que o comércio se expandiu para além do centro, no entanto, permanece

sendo uma referência de localização dentro da cidade de Santa Maria. Dessa forma, consideramos as palavras de Silva (2014) que aponta que a Avenida Rio Branco teve seu apogeu enquanto a viação férrea funcionava, sendo que quando os trens pararam de funcionar a Avenida também entrou em decadência.

A *área 2* corresponde a Vila Belga, conjunto habitacional construído pela concessionária de serviços ferroviários *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* no início do século XX e destinado a seus funcionários, em sua maioria de origem belga, daí o nome da vila. Em razão de sua importância como conjunto histórico urbano para Santa Maria, a Vila Belga foi tombada como Patrimônio Histórico e Cultural no ano 2000, em nível municipal e estadual (MÉA, 2005). Méa (2005) ainda destaca que a Vila acompanhou a decadência do transporte ferroviário a partir dos anos 60, deixando de receber manutenção adequada. À vista disso, podemos dizer que hoje em dia, a Vila Belga se mantém enquanto local de moradia, espaço cultural, comercial e turístico, apesar de não estar mais ligada ao transporte ferroviário.

A *área 3* refere-se ao Calçadão Salvador Isaia juntamente com a Praça Saldanha Marinho. O calçadão ocupa a primeira quadra da Rua Dr. Bozano, foi projetado pelo professor e arquiteto Luiz Gonzaga Binato de Almeida e inaugurado em 1979, sendo uma obra revolucionária que visava construir um espaço exclusivo para circulação de pedestres, sem trânsito de veículos, levando em consideração que o desejo do arquiteto era utilizar mobiliário e vegetação como forma de promover um lugar agradável e convidativo ao lazer (MACIEL et al, 2021). Antes mesmo de o calçadão ser construído na “primeira quadra”, o local já era tido como espaço público onde se realizavam diversas atividades como comerciais, sociais e de lazer (Maciel et al, 2021). Com relação a isso, pode-se dizer que essa dinâmica social prevalece até os dias de hoje sendo que o calçadão se constitui em um forte ponto de comércio, com diversos estabelecimentos, além de proporcionar um espaço de encontro e relações sociais.

Ao que diz respeito a Praça Saldanha Marinho, Breier (2007) explica que é a mais antiga da cidade de Santa Maria, tendo por essa razão, acompanhado a evolução urbana da cidade e suas transformações. Seu surgimento data do final do século XVIII quando foi construída uma capela na face norte da atual praça, de modo

que na época, o local foi utilizado como espaço religioso, no entanto, com o passar dos anos seu uso foi se modificando, passando a ser um espaço de vivência do profano, de relações sociais, culturais e de comércio. Breier (2007) também pontua que devido a tantas modificações pelas quais a praça passou, acabou deixando de possuir funções de uma praça, de modo que perdeu seu valor de uso, não agregando mais a comunidade e sendo apenas um lugar de passagem no centro da cidade. Atualmente, conectada ao Calçadão através do viaduto Evandro Behr, a Praça Saldanha Marinho abriga o comércio informal e também alguns eventos que ocorrem ao longo do ano, como a Feira do Livro de Santa Maria.

4.2 ELEMENTOS DE ARQUITETURA HOSTIL

Ao todo foram encontrados 28 pontos de ocorrência de Arquitetura Hostil, distribuídos entre as 3 áreas observadas, de modo que a *área 1* - Avenida Rio Branco corresponde a 15 pontos, *área 2* - Vila Belga 2 pontos e *área 3* - Calçadão Salvador Isaia juntamente com a Praça Saldanha Marinho 11 pontos. Além disso, considerando as três categorias de elementos de Arquitetura Hostil definidas para esta pesquisa (bancos, plantas/vegetação e ferragens), destaca-se que dos 28 elementos identificados, 21 correspondem a ferragens, 3 classificam-se como plantas/vegetação e outros 4 dizem respeito a plantas/vegetação somado a ferragens. Quanto à categoria “bancos”, não foi encontrado nenhum elemento.

Em vista disso, levando em consideração que se trata de um primeiro estudo referente ao tema e que os resultados da pesquisa de campo se mostraram maiores do que o imaginado, optou-se em selecionar para a análise de dados somente 7 elementos de Arquitetura Hostil, os quais se destacam e variam quanto ao formato, tamanho e contraste em meio ao desenho urbano, de modo que com isso se consiga expor uma amostra das variações de elementos hostis encontrados nessas áreas da cidade e apresentar discussões sobre os mesmos.



Figura 2: Elemento hostil em condomínio na Avenida Rio Branco. Fonte: da autora.

O primeiro elemento está localizado na Avenida Rio Branco e pertence a um condomínio residencial, onde foram instaladas pequenas ferragens onduladas sobre o degrau que faz divisa com a calçada, impossibilitando que alguém se sente ali. O curioso deste caso é que já existe a presença de altas grades que delimitam o espaço entre o condomínio e a calçada, no entanto, somou-se ainda ferragens menores como forma de complementar a restrição de permanência naquele local. Pela imagem, é possível perceber que existe um espaço vazio na entrada do prédio e que, se não houvesse grades ali, naturalmente seria um local propício à pernoite de moradores de rua ou até mesmo outras pessoas que desejassem sentar um momento. Contudo, com a implantação de tais artefatos fica evidente o desejo da não presença de quaisquer pessoas e, o fato de estar presente em um condomínio residencial, explicita também a procura por segurança e proteção por parte dos moradores.



Figura 3: Elemento hostil em canteiro central da Avenida Rio Branco. Fonte: da autora.

O segundo elemento localiza-se no canteiro central entre as duas vias da Avenida Rio Branco, tratando-se de um cercamento de ferros ao redor de algumas árvores e área com grama. Neste caso, este elemento em específico deixa mais questionamentos do que outros com relação a seu real objetivo, pois tal ação pode ser interpretada tanto como forma de preservar a grama, uma vez que é comum as pessoas transitarem por ali e pisotear sobre a área verde, ou como forma exclusiva de cercar o espaço e restringir o acesso e permanência de indivíduos. Todavia, o que se pode apontar é que contribui para produção de um espaço urbano de má qualidade (Andrade, 2010) por ser esteticamente feio e poluir a imagem visual do espaço, ademais, por se tratar de uma área pública, deduz-se que foi implantada sob ordens de governantes.



Figura 4: Elemento Hostil em prédio histórico na Avenida Rio Branco. Fonte: da autora.

O terceiro elemento foi identificado no prédio nº683 da Avenida Rio Branco, o qual sob Decreto Executivo de 5 de agosto de 2020 foi tombado provisoriamente como Patrimônio Histórico e Cultural do Município. Corresponde à ferragens onduladas, dispostas em toda extensão da parede frontal do prédio, além de um vaso de planta, como forma de afastar pessoas que pudessem se encostar na parede e permanecer naquele local. É possível afirmar que tais elementos poluem o desenho visual e a arquitetura original deste prédio histórico, o que pode tornar o local nada atrativo, por exemplo aos turistas, além disso, a essência da hospitalidade urbana que é ofertar qualidade ambiental (Ferraz, 2013) pode ser contrariada, pois, torna-se impossível considerar agradável e bonito um local repleto de ferros pontiagudos ou plantas espinhosas.



Figura 5: Elemento hostil ao lado de uma academia na Avenida Rio Branco. Fonte: da autora.

Ainda na Avenida Rio Branco, o quarto elemento foi identificado, desta vez ao lado de uma academia, as ferragens altas cercam um espaço vazio entre a academia e a igreja. Em frente há uma parada de ônibus e geralmente um grande número de pessoas se concentra naquele espaço, sendo necessário às vezes aguardar em frente a academia, nesse sentido, tais aparatos de ferro tornam-se hostis aos indivíduos que circulam no local e demonstram a indesejabilidade de ocupação daquele espaço. Em vista disso, essas ferragens atuam como uma barreira física de delimitação de espaços, que é agressiva e hostil, contribuindo para a construção de imagem de cidade permeada de ferros.



Figura 6: Elemento hostil em uma loja de roupas no Calçadão Salvador Isaia. Fonte: da autora.

Já no Calçadão Salvador Isaia, foi encontrado o quinto elemento, tratando-se de uma trama de ferros fixada sobre a soleira da vitrine de uma loja de roupas. A área é sempre movimentada e considerando que atualmente o Calçadão passa por obras e que todos os bancos foram retirados, as soleiras seriam o único local onde alguém poderia descansar por um momento. Todavia, pode-se entender que independentemente de ser morador de rua ou não, nenhuma pessoa é bem vinda a utilizar estes espaços residuais para descanso ou qualquer outra coisa e, assim, para reafirmar essa ideia, são instalados esses artefatos pontiagudos, de design desagradável. Quando pensamos em estabelecimentos como lojas de roupa por exemplo, que visa apresentar/vender uma imagem de “beleza”, essa ideia de afastar a “feiuza” por meio da Arquitetura Hostil ganha mais ênfase, pois um local onde há moradores de rua dormindo sob a marquise não seria atraente para potenciais clientes. Desse modo, o que precisa ser entendido é que utilizar de meios hostis para afastar pessoas indesejáveis como mendigos, apenas serve para mascarar a realidade, uma vez que não é fornecida a devida assistência a esses indivíduos para que consigam melhorar de situação (PEIXOTO, 2020).



Figura 7: Elemento hostil em uma livraria no Calçadão Salvador Isaia. Fonte: da autora.

Também no Calçadão, em uma livraria foi localizado o sexto elemento, o qual diz respeito a uma grade de ferro cercando um espaço vazio que poderia servir de abrigo a alguém devido ao fato de estar sob a marquise. De antemão, refletindo sobre todos os elementos já analisados, pode-se dizer que a grande semelhança que todos possuem em comum é a explícita restrição de uso dos espaços, de modo que as ferragens, em razão de seu design e tamanho traduzem a intenção higienista por trás de tais instalações. Ainda de acordo com esses fatos e, considerando os principais afetados pela Arquitetura Hostil que são os indivíduos em situação de vulnerabilidade/pobreza, reafirma-se o estereótipo de que a criminalidade está diretamente ligada à miséria, de forma que, se busca manter afastadas pessoas nestas condições em razão de acreditar que as mesmas representam perigo (FERRAZ et al 2015).



Figura 8: Elemento Hostil em frente ao Theatro Treze de Maio na Praça Saldanha Marinho. Fonte: da autora.

Por último, o sétimo elemento de Arquitetura Hostil corresponde a plantas espinhosas situadas no Theatro Treze de Maio, que fica na face leste da Praça Saldanha Marinho. As plantas estão dispostas nos dois lados da porta de entrada do Theatro e, observando é possível compreender que com os grandes vasos é dificultoso que alguém consiga, por exemplo, se recostar na parede ou ainda permanecer deitado naquele espaço. No entanto, por se tratar de vegetação, é possível considerar a intenção decorativa de dispor tais elementos naquele espaço, todavia, nesta análise será considerado como dispositivo de Arquitetura Hostil por se tratar de plantas espinhosas, além do que, estão em frente a um ponto turístico da cidade, um local que recebe eventos e público, dessa forma, se torna mais possível considerar a intenção de afastar pessoas indesejáveis daquela área, mantendo-a “limpa”.

Por fim, como forma de ilustrar os resultados da pesquisa, a figura 9 apresenta a localização de cada um dos 28 elementos de Arquitetura Hostil nas 3 áreas observadas, enquanto a figura 10 ilustra apenas a localização dos 7 elementos abordados na análise. Com isso, tem-se uma visão geral e espacial da realidade que se mostra atualmente nesse recorte geográfico escolhido para o estudo.

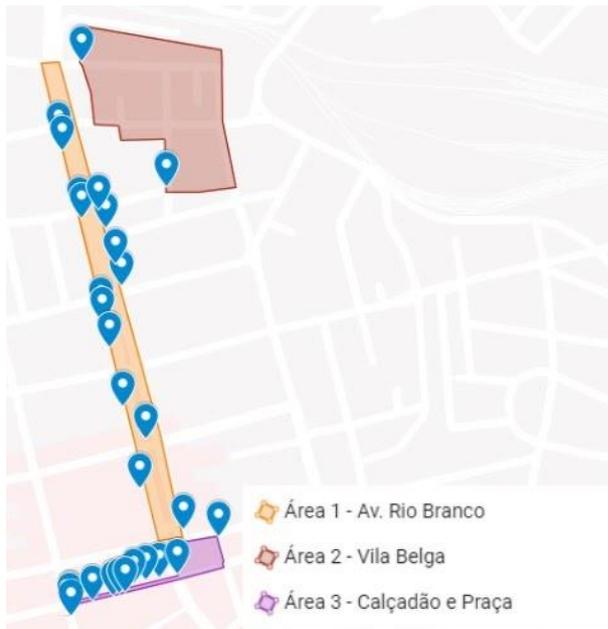


Figura 9: Localização dos 28 elementos de Arquitetura Hostil encontrados. Fonte: *Google my Maps* (2021).

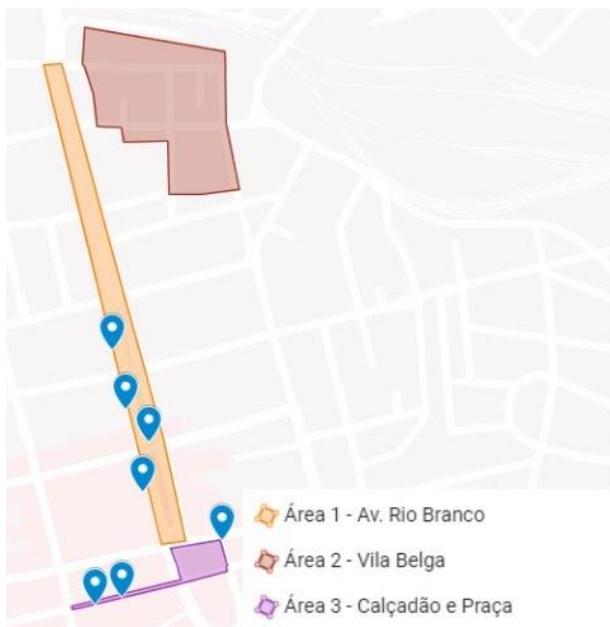


Figura 10: Localização dos 7 elementos de Arquitetura Hostil analisados. Fonte: *Google my Maps* (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquitetura Hostil se torna cada vez mais inserida nos ambientes urbanos atuando como uma forma de controle de espaços e demonstração de repúdio, medo e aversão ao “outro”, sendo assim, este estudo buscou verificar a existência desse modelo de arquitetura no centro da cidade de Santa Maria (RS). Os resultados da investigação confirmaram duas hipóteses levantadas inicialmente, sendo a primeira que afirmava a existência de dispositivos de Arquitetura Hostil no centro da cidade e a segunda que sugeria que alguns dispositivos se apresentavam de maneira discreta e outros de maneira explícita em meio ao desenho urbano.

Por meio da pesquisa bibliográfica, foi possível compreender que a hostilidade refletida através da arquitetura tem modificado a dinâmica dos espaços urbanos e as relações sociais, fazendo com que se evidencie o desejo de afastar aqueles considerados desagradáveis/indesejáveis. Além disso, devido ao fato de a Arquitetura Hostil estar relacionada a outros fenômenos como a gentrificação e o turismo, demonstra a vasta dimensão do tema, deixando claro que não se trata apenas de ferragens pontiagudas, pedregulhos ou bancos desconfortáveis, mas sim uma prática que pode envolver vários responsáveis e também vários atingidos.

Dessa forma, discutir sobre Arquitetura Hostil implica refletir sobre o processo de crescimento e formação das cidades, sobre o planejamento dos espaços e suas formas de uso, considerando as atividades que utilizam da estrutura citadina para acontecer, como o turismo e, que contribuem com as transformações urbanas que nem sempre são benéficas a todos. Assim, quanto mais se estuda, debate e expõe acerca dessa realidade hostil permeada pelo desejo de se manter afastado ou de afastar o outro, tornam-se maiores as chances de que o assunto seja questionado e de que as cidades sejam repensadas como local de acolhimento e não de hostilidade e exclusão.

Assim sendo, conclui-se que existem mecanismos de Arquitetura Hostil no centro de Santa Maria (RS), apresentando variações quanto ao formato, tamanho e evidência no desenho urbano. Esta investigação demonstra uma pequena amostra da realidade, de modo que com isso, abrem-se caminhos para futuros estudos e discussões acerca do tema. Por fim, mostra-se pertinente questionar sobre o futuro

das cidades e sobre como será tratada a realidade da arquitetura hostil. Qual a opinião das pessoas que usufruem dos espaços urbanos, com relação a hostilidade dos mesmos e, o que pensam/fazem os responsáveis pela administração da cidade, referente a arquitetura hostil e a seus efeitos?

REFERÊNCIAS

ARQUITETURA HOSTIL: QUANDO AS CIDADES NÃO SÃO PARA TODOS. Caos Planejado, 2021. Disponível em: <<https://caosplanejado.com/arquitetura-hostil-quando-as-cidades-nao-sao-para-todos/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

ANDRADE, Patrícia A. de. **Quando o Design Exclui o Outro:** Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa-PB. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3973>>. Acesso em 29 jun. de 2021.

BATALLER, Maria A. S. **O estudo da gentrificação.** Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012.

BETIM, Felipe. **Padre Julio Lancelotti:** “Não se humaniza a vida numa sociedade como a nossa sem conflito”. EL PAÍS, 2020. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-20/padre-julio-lancellotti-nao-se-humaniza-a-vida-numa-sociedade-como-a-nossa-sem-conflito.html>> Acesso em: 15 de jan. de 2022.

BREIER, Ana Cláudia B. **O espaço urbano como articulador de fragmentos de arquitetura.** Anais do III Seminário Projetar. Porto Alegre, 2007.

CASELLA, Luana L. de C. **Hospitalidade dos espaços públicos.** Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/829_congresso%20resende.pdf Acesso em: 04 de nov. de 2021.

CINTRA, Claudia M. **A arquitetura e a qualificação do espaço público:** arquitetura hostil e um estudo de caso no Bairro da Saúde. FAU USP, 2019.

COX, Elisa P; COX, Maria I. P. **Interdições ao corpo no corpo da cidade:** arquitetura, urbanismo, discurso e controle social. Linguagem, UFSCAR - SP, v. 24 (1): 2015.

FARIA, Débora R. **Da generosidade à hostilidade:** arquitetura hostil nas galerias da Avenida Sete de Setembro. In ROSANELI, Alessandro F. (org.) Olhares pelo espaço público. P. 223 - 250. Curitiba, 2019.

FERRAZ, S. M. T.; BENAYON, J. S.; ACIOLY, L. L.; ROSADAS, L. G. C.; MENDONÇA, P. R. C. C. de. **Arquitetura da violência:** a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. Movimento Revista de Educação, UFF - RJ, 2015.

FERRAZ, S. M. T.; FURLONI, C. B.; MADEIRA, C. S.; CABRAL, F. de M. C. **Arquitetura da violência:** os custos sociais da segurança privada. XI Encontro Nacional da ANPUR, Bahia, 2005.

FERRAZ, Valéria de S. **Hospitalidade urbana em grandes cidades.** São Paulo, 2013.

FREIRE, C. C. **Arquitetura solidária: recuperando prédios e vidas abandonadas.** Florianópolis, 2019.

GEVEHR, D. L.; BERTI, F. **GENTRIFICAÇÃO: uma discussão conceitual.** Revista Políticas Públicas & Cidades - BR, v.5, n.1, p.85 –107, jan. /jul. 2017.

GIL, Antonio C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. Editora Atlas S. A. São Paulo, 2002.

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade.** Revista Hospitalidade, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006.

GRINOVER, Lucio. **Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania e urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana.** Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 3, n.1, p. 16-24, 2013

GRINOVER, Lucio. **Nós, a cidade, a hospitalidade.** Rosa dos Ventos –Turismo e Hospitalidade, 11(1), pp. 224-234, jan-mar, UCS, 2019.

MACIEL, Filipe B. M; FIALHO, Daniela M; RIGATTI, Décio. **Da Primeira Quadra ao Calçadão: Narrativas sobre a pedestrianização do centro de Santa Maria (RS).** Paisag. Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 32, n. 47, e173280, 2021.

MÉA, José A. D. **Vila Belga: o sonho continua.** CECREPAC, Santa Maria (RS), 2005.

NOGUEIRA, Evelyn. **Arquitetura hostil: a forma de afastar e limitar as pessoas na cidade.** Disponível em: <<https://revistacasaedjardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arquitetura/noticia/2021/02/arquitetura-hostil-forma-de-afastar-e-limitar-pessoas-na-cidade.html>> Acesso em 12 de jul. 2021.

PEIXOTO, Elaine L. **Arquitetura hostil em destinações turísticas.** Paraná: 14º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2020.

PEREIRA, Alvaro L. dos S. **A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 307-328, nov 2014.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMPASI, N. de L.; OLDONI, S. M. **Cidade para quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano.** Revista Thêma et Scientia, Paraná. Vol. 10, nº 2E, jul/dez 2020 – Edição Especial Arquitetura e Urbanismo.

SILVA, Carla S. **A história da Avenida Rio Branco da cidade de Santa Maria: uma narrativa através da fotografia.** Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – eISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.466-486.

SILVA, Gabriel O. **Gentrificação e higienização social:** um estudo de caso acerca do desvirtuamento do instituto da desapropriação. Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2017.

SOUZA, E.; PEREIRA, M. **Arquitetura hostil:** A cidade é para todos? ArchDailyBrasil, 2018. Disponível em:< <https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>> Acesso em: 02 de out. de 2021.

ZANELLA, Liane C. H. **Metodologia de Pesquisa.** UFSC, 2013.